

Borboleta:
espaço de reflexao e acolhimento sobre a violencia contra a mulher

Borboleta:
local for reflection and support about violence against women

Clarissa De Antoni¹
Mariana Golçalves Boeckel¹
Fernanda Zin²
Gabriela Gehlen²

Resumo

Esse projeto de extensão permite a reflexão sobre a violência contra a mulher por meio de diferentes ações, como o conhecimento da rota crítica; acolhimento às mulheres na sala de espera para audiência cujo ofensor infringiu a Lei Maria da Penha; observação de audiências; grupos de reflexão de gênero com homens; elaboração de estudos de casos, elaboração de material instrucional sobre a violência, participação em disciplina sobre violências e conjugalidade, participação em eventos científicos, pesquisa e supervisão semanal. Esse projeto existe desde 2016 e atualmente estão vinculados 9 alunos(as) do Curso de Psicologia. Cerca de 400 mulheres foram acolhidas e os resultados apontam para o aprendizado aprofundado dos discentes sobre o tema e sobre as intervenções, bem como o benefício para as mulheres e homens envolvidos em situação de violência ao promover a conscientização sobre esse fenômeno.

Palavras-chave: Mulher. Violência. Homem. Violência de gênero.

Abstract

This extension project allows reflection on violence against women through different actions, as knowledge of the critical path of these women when carrying out technical visits to public institutions and the services of the service network; reception in the waiting room for the audience whose offender has violated the Maria da Penha Law; audience observation; gender reflection groups with men; elaboration of case studies, preparation of instructional material on violence, participation in discipline on violence and conjugality, participation in scientific events, research and weekly supervision. This project has existed since 2016 and is currently linked to 9 students of the Psychology Course in different activities. Around 400 women attended e the results point to the students' in-depth learning about the subject and interventions, as well as the benefit to women and men involved in violence by promoting healthier relationships.

Keywords: Woman. Violence. Men. Gender violence.

¹ Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) - Porto Alegre/RS, Brasil.

Docente do Departamento de Psicologia (UFCSPA).

e-mail: clarissad@ufcspa.edu.br; mariana_boeckel@yahoo.com.br

² Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) - Porto Alegre/RS, Brasil.

Discente do Curso de Psicologia (UFCSPA).

e-mail: ljeszin@hotmail.com; ggehlen7@gmail.com

O presente artigo aborda sobre a extensão universitária promovida pelo Projeto Borboleta: espaços de acolhimento e reflexão sobre a violência contra a mulher. Esse projeto engloba além da extensão, o ensino e a pesquisa. Está em consonância com a temática proposta nesse número pela Revista Raízes e Rumos, que é “A extensão universitária e suas ações educativas” ao proporcionar aos discentes extensionistas e aos beneficiários das ações desenvolvidas o aprendizado sobre questões que envolvam a violência de gênero e seu enfrentamento. Esse enfrentamento à violência ocorre por meio da conscientização das pessoas envolvidas, da produção de conhecimento teórico, da transmissão das informações da legislação - permitindo a apropriação de direitos. Assim, torna-se uma ação educativa ao promover o rompimento do ciclo da violência e permitir uma ressignificação das relações futuras.

É uma ação conjunta entre a Universidade e o Poder Judiciário, com interface entre Saúde e Direitos Humanos, já que suas ações estão voltadas para o enfrentamento da violência contra a mulher. A violência contra a mulher se configura como um fenômeno complexo e multifatorial. Atualmente é considerada de extrema relevância e compreendida como uma questão de saúde pública, pela alta incidência de casos existentes.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002), violência é definida como o uso intencional da força física ou de poder, seja ele real ou como ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha alta possibilidade de resultar em lesão, morte, ou algum tipo de dano psicológico. A violência engloba todas aquelas formas nas quais se oprime, impossibilita ou se violam as garantias individuais da pessoa. Por tal motivo, observa-se que todas as definições concordam que a violência se configura como qualquer ato exercido contra a dignidade, nesse caso da mulher, independente de suas origens. Os atos violentos se caracterizam por físicos, sexuais, psicológicos, morais e patrimoniais. As violências físicas e sexuais muitas vezes deixam marcar corporais, sendo mais evidente sua comprovação. Assim como é fácil identificar a violência patrimonial, por haver danos aos bens materiais. Entretanto, a violência psicológica ou emocional é a mais comum e pouco notificada. Ela pode se manifestar pela rejeição de carinho, ameaças (inclusive de morte), impedimentos em relação ao trabalho, a ter amizades ou sair; excesso de vigilância - como comportamento de *stalking* (FERREIRA & MATOS, 2013; RENNER & WHITNEY, 2012).

O levantamento realizado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) aponta que a Central de Atendimento à Mulher – Disque 180 atingiu 5.378.774 registros desde sua criação em 2005 até o primeiro semestre de 2016. Frente a isso, uma série de políticas, estratégias e programas estão sendo realizadas visando amenizar as consequências, evitar sua reincidência e prevenir novos casos. Em 2003 surgiu a “Secretaria de Políticas para as Mulheres” e a partir desse marco, se criaram diretrizes, normas e conceitos integrados em relação ao assunto para que se pudesse posteriormente criar estratégias e iniciativas de enfrentamento à violência. Entre eles, está o Plano Nacional de Políticas da Mulher que tem como um de seus objetivos o “reconhecimento da violência de gênero, raça e etnia como violência estrutural e histórica, que expressa à opressão das mulheres e que precisa ser tratada como questão de segurança, justiça e saúde pública” (Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013), a ser implantada através da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que está em consonância com a Lei 11.340/2006, a Lei Maria da Penha.

Essa Lei cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres nessa situação, como a criação de espaços adequados assim como a preparação de profissionais para atendê-las. Também estabelece mecanismos de criminalização do agressor e medidas integradas de prevenção, proteção e de assistência, e procura promover uma real mudança nos valores sociais que naturalizam a violência doméstica contra a mulher; assim procura ser um instrumento de mudança política, jurídica e cultural.

Projeto Borboleta: criando asas para as mulheres alçarem voos

O Projeto Borboleta surge para amenizar o sofrimento de mulheres frente às situações geradoras de ansiedade de um processo judicial após a denúncia contra seu agressor/cônjuge ou excônjuge. A primeira ação foi o acolhimento as mulheres antes ou depois da audiência, com a criação de uma sala de espera reservada, aconchegante e com um espaço de brinquedoteca para as crianças que acompanham suas mães, na qual o acusado não tem acesso. A iniciativa da criação desse espaço de acolhimento foi da Juíza de Direito Dra. Madgeli Frantz Machado e da psicóloga Ivete Machado Vargas, no 1^a Juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher de Porto Alegre, Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul.

O acolhimento e outras atividades são realizados no TJ em parceria um grupo de Universidades, tanto públicas como privadas. E tem por objetivo promover e ampliar espaços de escuta, reflexão e orientação a respeito de temas relacionados à violência contra a mulher, promovendo e aprimorando a qualidade das relações familiares em mulheres e homens que vivenciaram essa realidade.

As docentes e discentes da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) ingressaram nesse espaço por meio do projeto de extensão denominado Borboleta: Espaço de acolhimento e reflexão sobre violência contra a mulher em 2015. Inicialmente realizando atividades de acolhimento às mulheres em sala de espera para audiência, e a cada ano vem ampliando suas atividades e inserções. Em 2016 era uma bolsista e uma voluntária; em 2017, um bolsista e cinco voluntárias e atualmente conta com uma bolsista e oito alunos(as) voluntários(as) da graduação do Curso de Psicologia. A seguir serão relatadas as atividades desenvolvidas pelo projeto da UFCSPA e que de alguma forma colaboram para a compreensão, reeducação e enfrentamento do fenômeno.

Ações desenvolvidas pelo Projeto Borboleta

1. Conhecimentos sobre os procedimentos legais

Caminhando pela Rota Crítica das mulheres e Mapeamento da Rede de Atendimento Especializado

O objetivo de é conhecer lugares/instituições/serviços nos quais as mulheres estiveram até chegar à audiência. Nesses locais, o foco é buscar informações que podem aprimorar as orientações fornecidas durante o acolhimento. Esse caminho percorrido pelas mulheres nos serviços disponíveis pelas instituições públicas denomina-se de Rota Crítica (BRUHN & LARA, 2016). São visitados locais como a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, Defensoria Pública e os serviços que compõem a rede de atendimento do município. As informações obtidas são sistematizadas e organizadas para serem transmitidas às mulheres que aguardam audiência, durante o acolhimento ou por meio de folder instrucional. A rota crítica também envolve a observação de audiências nas 1^a e 2^a Varas de Violência Contra a Mulher e Familiar. As discentes tem acesso aos processos para complementação das informações e nas supervisões na UFCSPA estudam as leis, principalmente a Lei Maria da Penha.

2. Compreensão sobre o fenômeno da violência

Construindo o conhecimento sobre as violências vivenciadas pelas mulheres e integração à teoria com a prática do atendimento

De forma integrada, as extensionistas e demais discentes da UFCSPA participam da disciplina eletiva denominada “Violências e Conjugalidade”, na qual são trabalhados os conteúdos relacionados à violência de gênero, as violências conjugais e possibilidades de intervenção psicológicas e psicossociais. No Tribunal de Justiça realizam capacitações, principalmente aqueles discentes que estarão inseridos nos grupos de reflexão com homens.

As extensionistas também relatam situações que posteriormente são registradas em formato de Estudos de Caso, que poderão ser aplicados na disciplina. Cabe ressaltar que os nomes e locais são alterados, para preservar a identidade das pessoas envolvidas. São realizadas pesquisas vinculadas aos Trabalhos de Conclusão de Curso e dissertação de mestrado do Programa de pós-graduação em Psicologia e Saúde. Também foi confeccionado um material com instruções no formato de folder e em slides (projetados na TV na sala de espera), a partir das dúvidas que as mulheres apresentavam no acolhimento. Essas instruções visam orientar sobre os direitos, medidas de proteção e segurança, e contatos da rede. Além da produção do material, essas informações são compartilhadas na equipe, gerando uma melhor qualidade no atendimento e na escuta às mulheres, além de uma padronização da prática. Semanalmente ocorre um encontro de orientação e supervisão com a docente responsável pelo projeto e o grupo extensionista, no qual são descritos os acontecimentos, acolhimentos, grupos, sentimentos e dúvidas quanto ao manejo das situações. Também são tratados assuntos de ordem organizacional e realizadas combinações.

3. Atividades voltadas para as mulheres

Acolhendo às mulheres e ouvindo suas “vozes”

A atividade de acolhimento consiste numa escuta qualificada, responsável e humanizada, realizada na sala de espera para audiência, tanto para mulheres que ali aguardavam ou depois que passavam pela audiência. Tal escuta se realizava com o objetivo de auxiliar no alívio da tensão de forma imediata (PELISOLI et. al., 2014). As mulheres, na maioria das vezes, mostram-se ansiosas com a situação da própria audiência e com as conseqüências advindas das decisões tomadas naquele encontro (muitas demonstram constrangimento ou intimidação frente à figura de autoridade do juiz/juíza e acabam por não manifestar sua vontade ou se limitavam as respostas como “sim ou “não”). Depois do término da audiência é que lembram em relatar algum fato importante para o caso. Além disso, muitas receiam ter que rever o agressor/acusado, pois desconhecem o direito de serem ouvidas sem a presença do mesmo. Esse fato era muito intimidador e causava mais ansiedade nas mulheres. O acolhimento visa também à identificação de demandas individuais e dúvidas jurídicas, a divulgação de atendimentos disponíveis pelo Projeto Borboleta, como o grupo de mulheres, e encaminhamento para atendimentos e serviços especializados na rede. Durante os acolhimentos, a extensionista pode ser solicitado a acompanhar as mulheres em audiência caso as mesmas sentirem necessidade. As extensionistas se apresentam na sala de espera e se colocam a disposição para conversar. O cuidado com o sigilo sobre algumas informações e o manejo em relação aos sentimentos são observados constantemente. A avaliação sobre essa tarefa é muito positiva tanto por parte das mulheres como das discentes. As mulheres agradecem a escuta e o apoio. As extensionistas tem uma experiência rica, pela oportunidade em se aproximar dessas mulheres, ouvir suas estórias, sentimentos e angústias. Também há possibilidade de observar os grupos de reflexão de gênero com mulheres, que são grupos psicoeducacionais abertos e realizados semanalmente. Esses grupos são coordenados pela psicóloga do TJ/RS.

4. Atividades para os homens

Desconstruindo estereótipos de gênero

Em 2016, foram realizadas duas visitas ao projeto HORA, que realiza grupos de psicoeducação para homens agressores na comarca de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. Além da autorização para acompanhar os grupos em atividades programadas, foi realizada uma entrevista com os responsáveis sobre o método de trabalho utilizado. Durante a observação dos grupos percebe-se o caráter diferenciado de atuação, e os métodos aplicados para o funcionamento do grupo.

Desde 2017, um extensionista tem o papel de coordenação compartilhada do grupo de reflexão com homens. Geralmente esses homens são encaminhados pelos juízes e orientados a frequentarem o grupo como uma medida alternativa, enquanto o processo segue os trâmites da lei. Uma porcentagem dos homens encaminhados para o grupo é formada por aqueles que chegaram a uma solução amigável com suas companheiras ou ex-companheiras e estão já na fase conciliação, não havendo a necessidade do seguimento do processo criminal. Há também casos em que não houve acordo e a MP é mantida, porém o ato foi considerado de menor potencial ofensivo, ou seja, são crimes de natureza leve que seguem para as fases de instrução e julgamento. Esses grupos são fechados, isto é, depois de iniciados não recebem novos membros. Os coordenadores são profissionais do TJ/RS, discentes e voluntários de diferentes formações, incluindo a Psicologia. O grupo pode ser considerado para os participantes como sendo uma medida que cumpre um papel educativo, reflexivo e preventivo, com objetivo de questionar as crenças, os estereótipos e os valores tradicionais de gênero que reforçam e legitimam a violência. Apesar do potencial terapêutico, este não é um trabalho psicoterápico. Os grupos reflexivos de gênero com homens são complementares e não substitutivos das ações policiais, jurídicas, médicas e psicológicas de atenção à violência intrafamiliar e de gênero. O primeiro contato é uma entrevista preliminar com a equipe de coordenadores (profissionais e estudantes de diversas Universidades). Esta entrevista tem os seguintes objetivos: informar sobre o funcionamento do grupo, fazer o estabelecimento do contrato incluindo as questões de sigilo que serão seguidas, realizar o acolhimento e estabelecer vínculo entre o candidato e a equipe de facilitação, coletar informações sobre o participante através de um questionário que engloba perfil biopsicossocial, situação conjugal e familiar, atitudes diante de conflitos, saúde e violência de gênero. Caso seja necessário, pode acontecer o encaminhamento dos homens para a rede de atendimento a serviços de saúde ou esclarecimentos sobre locais e horários de funcionamento da defensoria pública. Após a formação do grupo, ele ocorre em oito sessões e tem de 8 a 12 homens em cada. Um extensionista já participou até o primeiro semestre de 2018 de dois grupos como co-coordenador.

Integrando as ações e o aprendizado

De março 2016 a março de 2018 foram acolhidas aproximadamente 400 mulheres. A partir da experiência do acolhimento verificou-se a relevância da escuta e esclarecimento das dúvidas no enfrentamento à situação vivenciada. Todos os anos ocorrem às visitas técnicas e entrevistas com profissionais que atuam na rede, seja na Assistência, na Saúde e na Segurança Pública. As informações coletadas nessas visitas embasaram o material instrucional construído, e servem como subsídio para as orientações fornecidas nos acolhimentos. Também possibilitaram o aprofundamento das demandas em relação à rede de apoio, serviços de saúde e atendimento integral do sistema judiciário e maior entendimento da efetividade dos encaminhamentos prestados. O projeto permite uma maior compreensão sobre como as mulheres lidam com as situações de violência e como restabelecem suas vidas após a denúncia. Ao promover processos de reflexão nos homens agressores, o projeto acolhe todos os envolvidos nesse processo, permitindo um enfrentamento à violência mais eficaz. O atendimento prestado para os envolvidos nas situações de violência tem caráter preventivo, assim como é protetivo e promotor de saúde e qualidade de vida. A inserção no projeto oportuniza aos discentes integrar conhecimentos teóricos adquiridos nas disciplinas do Curso de Psicologia com questões interdisciplinares. A prática do acolhimento e da escuta, assim como da coordenação de grupos permitem uma formação profissional mais qualificada e humanizada.

Os resultados do projeto Borboleta são apresentados em eventos acadêmicos, sendo que os trabalhos já receberam duas premiações como destaque. Como as pesquisas estão em andamento, espera-se que no final de 2018 e em 2019 cerca de seis artigos sejam submetidos a revistas científicas da área, gerados a partir de Trabalhos de Conclusão de Curso e Dissertações de Mestrado.

Durante a inserção nas varas de violência, percebeu-se que todas as pessoas envolvidas se beneficiavam com as atividades desenvolvidas. As extensionais são vistas como uma fonte de esclarecimento de questões pertinentes aos processos que tramitavam nas comarcas, como apoio emocional em um momento de imensa ansiedade por parte das mulheres. A prática do acolhimento em sala de espera ou coordenação de grupo permite aprender a escutar e acolher de forma diferenciada diferentes demandas. Assim, desenvolvem sua capacidade em lidar com situações inesperadas, a observar os fenômenos apresentados dentro de um contexto psicossocial, sem deixar de olhar para a subjetividade de cada pessoa atendida. É um aprendizado imensurável.

Referências

BRUHN, M.; LARA, L. Rota crítica: a trajetória de uma mulher para romper o ciclo da violência doméstica **Rev. Polis e Psique**, v. 6, n. 2, p. 70-86, 2016.

FERREIRA, C.; MATOS, M. Violência doméstica e stalking pós-rutura: dinâmicas, coping e impacto psicossocial na vítima. **Psicologia**, Lisboa, v. 27, n. 2, p. 81-106, 2013. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492013000200004-&lng=pt&nrm-iso. Acesso em: 01 maio 2018.

PELISOLI, C. et. al. Acolhimento em saúde: uma revisão sistemática em periódicos brasileiros. **Estud. Psicol.**, Campinas, v. 31, n. 2, p.225-235, 2014.

RENNER, L. M. & WHITNEY, S.D. Corrigendum to “Risk factors for unidirectional and bidirectional intimate partner violence among young adults”. **Child Abuse & Neglect**, [S. l.], v. 36, p. 611, 2012.

Recebido em: 30 de maio de 2018

Aceito em: 22 de maio de 2019

